

# PREGÃO ELETRÔNICO

032/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Departamento de Água e Esgoto de Bauru (930098)

## OBJETO

Aquisição de materiais elétricos para painéis de comando, disjuntores, blocos de contato, relés, eletrodos, botões, chaves rotativas e sinaleiros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 304.813,04

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Grupo

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

COTA RESERVADA



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
8. DOS RECURSOS .....	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	21
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

Processo Administrativo nº 8311/2025

Torna-se público que o **Departamento de Água e Esgoto de Bauru**, ou simplesmente **DAE**, por meio da Divisão Administrativa, com sede na Rua Padre João, nº 11-25, Bauru/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais elétricos para painéis de comando, disjuntores, blocos de contato, relés, eletrodos, botões, chaves rotativas e sinaleiros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **Para os grupos 2 e 4, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).**

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) do Decreto nº 8.538, de 2015, e da Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6.1. Conforme Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019, a falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca/Modelo;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;



4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. No preenchimento da proposta escrita, a coluna “Valor Unitário” em R\$ deve ser expressa em até quatro casas decimais, e a coluna “Valor Total” em R\$ expressa com duas casas decimais, de cada item.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#) e pela Lei Municipal nº 7.238, de 2019.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19.2.5. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Conforme Lei Municipal nº 7.238, de 16 de julho de 2019, nas licitações com cota de ampla concorrência e cota reservada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte:

5.21.1. As propostas para ambas as cotas serão abertas e negociadas simultaneamente, se possível, e, nos demais casos, sequencialmente, sendo apurado o melhor preço em primeiro lugar em relação à cota de ampla concorrência;

5.21.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota de ampla concorrência;

5.21.3. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação;

5.21.4. O preço ofertado para a cota reservada não poderá ser superior ao menor preço apurado para a cota de ampla concorrência, o que acarretará a desclassificação da licitante.

5.22. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, no caso de pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Cadastro de Sanções por Fornecedor, mantido pela Secretaria de Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo ([https://www.bec.sp.gov.br/sancoes\\_ui/asp/consultaadministrativaforneecedor.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/sancoes_ui/asp/consultaadministrativaforneecedor.aspx));
- e) Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

6.2. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).**

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.5 deste Edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Termo de Referência exija documentação complementar à proposta, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou servidor integrante do Serviço de Compras do DAE, mediante a apresentação do documento original, ou por declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade será verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5.1. Conforme Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023, será exigido o cadastramento da pessoa física em Sistema de Registro Cadastral utilizado pelo Município.



7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro e postados/protocolados em originais ou cópias autenticadas, conforme casos previstos no item 7.4, juntamente com a proposta escrita, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da solicitação do pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação. O endereço para entrega é o seguinte:

Departamento de Água e Esgoto  
Pregão nº 032/2026  
Rua Padre João, nº 11-25  
Vila Santa Tereza, Bauru, São Paulo  
CEP 17012-020

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#) e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#) e art. 31 da Lei Municipal nº 7.238/2019).

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no máximo 30 (trinta) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Serviço de Compras do DAE.

8.10.1. Eventual pedido para extração de cópias será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo a mesma ser encaminhada ao Pregoeiro, arcando o requerente com os custos.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [pregoeiro\\_sandra@daebauru.sp.gov.br](mailto:pregoeiro_sandra@daebauru.sp.gov.br) c/c [licit.compras@daebauru.sp.gov.br](mailto:licit.compras@daebauru.sp.gov.br).**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.daebauru.sp.gov.br](http://www.daebauru.sp.gov.br).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato e Termo de Ciência e de Notificação TCE/SP

11.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços

11.11.4. ANEXO IV - Modelo de Carta de Credenciamento

Bauru, 23 de abril de 2026.

Tatiana Almeida Nunes Silveira  
Divisão Administrativa - DAE



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**

Processo Administrativo nº 8311/2025

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais elétricos para painéis de comando, disjuntores, blocos de contato, relés, eletrodos, botões, chaves rotativas e sinaleiros, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**COTA PRINCIPAL - GRUPO 01: Itens 1 ao 49**

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MINIMO): 690VAC, CURVA DE ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D"; CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO MÁXIMA DE CURTO CIRCUITO-ICU (MINIMA) EM 440VAC: 14KA; ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR IEC 60947-2 (GRAVADA NO CORPO) E NR 10; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 50A	611886	Unidade	53	392,2000	20.786,60
2	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MINIMO): 690VAC, CURVA DE ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D"; CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO MÁXIMA DE CURTO CIRCUITO-ICU (MINIMA) EM 440VAC: 14KA; ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR IEC 60947-2 (GRAVADA NO CORPO) E NR 10; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 63A	611886	Unidade	21	559,9450	11.758,85
3	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 63A	611886	Unidade	41	77,1100	3.161,51
4	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM	611886	Unidade	8	552,1200	4.416,96

	TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MÍNIMO): 690VAC, CURVA DE ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D"; CAPACIDADE DE INTERRUÇÃO MÁXIMA DE CURTO CIRCUITO-ICU (MÍNIMA) EM 440VAC: 14KA; ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR IEC 60947-2 (GRAVADA NO CORPO) E NR 10; CORRENTE NOMINAL MÍNIMA EM REGIME PERMANENTE: 100A					
5	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 100A	249201	Unidade	15	70,3050	1.054,58
6	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 160A	249201	Unidade	3	77,1100	231,33
7	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	15	19,2600	288,90
8	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 10 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	24	8,1600	195,84
9	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	19	8,1600	155,04
10	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	19	8,0650	153,24
11	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	12	8,1600	97,92
12	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	30	8,1600	244,80
13	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	9	9,8100	88,29
14	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	12	10,1600	121,92
15	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	16	12,3100	196,96
16	DISJUNTOR BIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	15	73,0100	1.095,15
17	DISJUNTOR BIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	33	30,5300	1.007,49
18	DISJUNTOR BIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	32	29,6600	949,12
19	DISJUNTOR BIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	15	31,4000	471,00
20	DISJUNTOR BIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	27	31,4000	847,80
21	DISJUNTOR BIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	20	32,6750	653,50

22	DISJUNTOR BIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	22	32,6550	718,41
23	DISJUNTOR BIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	30	36,8700	1.106,10
24	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	15	41,0400	615,60
25	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	12	41,0400	492,48
26	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	15	41,0400	615,60
27	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	8	42,5300	340,24
28	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	53	45,3150	2.401,70
29	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	14	45,3150	634,41
30	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	15	51,2800	769,20
31	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 100 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	16	169,4900	2.711,84
32	MINICONTATOR AUXILIAR 3NA + 1NF ALIMENTAÇÃO 24VCA CORRENTE DE TRABALHO 10A TENSÃO DE ISOLAÇÃO 690V TEMPERATURA DE TRABALHO ENTRE 20°C-50°C	626734	Unidade	94	128,8350	12.110,49
33	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA MINICONTATOR	622763	Unidade	45	80,0500	3.602,25
34	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 10 – 16A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V	611886	Unidade	8	389,0033	3.112,03
35	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 18A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO OU MOLA. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO OU MOLA. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 3W. DURABILIDADE MECÂNICA MÍNIMA DE 10.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR QUE -25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 40MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.	626734	Unidade	75	291,8300	21.887,25
36	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 25A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO OU MOLA. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO OU	626734	Unidade	8	314,5800	2.516,64

	MOLA. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 3W. DURABILIDADE MECÂNICA MÍNIMA DE 10.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR QUE - 25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 40MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.					
37	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V	611886	Unidade	8	404,0700	3.232,56
38	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A	622763	Unidade	8	82,8900	663,12
39	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 5,5 – 8A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V	611886	Unidade	8	450,5567	3.604,45
40	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V	611886	Unidade	8	799,6600	6.397,28
41	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A	622763	Unidade	8	82,7850	662,28
42	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 40A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 6,5W. DURABILIDADE MECÂNICA MÍNIMA DE 6.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR QUE -25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 80MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.	626734	Unidade	8	698,5900	5.588,72
43	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V.	611886	Unidade	8	1.196,8900	9.575,12
44	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A	622763	Unidade	8	82,7850	662,28
45	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A,	611886	Unidade	4	1.422,1300	5.688,52

	TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V					
46	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A	622763	Unidade	4	82,7850	331,14
47	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 65A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 6,5W. DURABILIDADE MECÂNICA MÍNIMA DE 6.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR QUE -25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 80MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.	626734	Unidade	4	1.239,5500	4.958,20
48	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V	611886	Unidade	4	1.387,1100	5.548,44
49	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A	622763	Unidade	4	82,8900	331,56

**COTA RESERVADA - GRUPO 02: Itens 50 ao 98**

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
50	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MÍNIMO): 690VAC, CURVA DE ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D"; CAPACIDADE DE INTERRUÇÃO MÁXIMA DE CURTO CIRCUITO-ICU (MÍNIMA) EM 440VAC: 14KA; ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR IEC 60947-2 (GRAVADA NO CORPO) E NR 10; CORRENTE NOMINAL MÍNIMA EM REGIME PERMANENTE: 50A	611886	Unidade	17	392,2000	6.667,40
51	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MÍNIMO): 690VAC, CURVA DE	611886	Unidade	6	559,9450	3.359,67

	ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D"; CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO MÁXIMA DE CURTO CIRCUITO-ICU (MINIMA) EM 440VAC: 14KA; ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR IEC 60947-2 (GRAVADA NO CORPO) E NR 10; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 63A					
52	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 63A	611886	Unidade	13	77,1100	1.002,43
53	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MINIMO): 690VAC, CURVA DE ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D"; CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO MÁXIMA DE CURTO CIRCUITO-ICU (MINIMA) EM 440VAC: 14KA; ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR IEC 60947-2 (GRAVADA NO CORPO) E NR 10; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 100A	611886	Unidade	2	552,1200	1.104,24
54	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 100A	249201	Unidade	5	70,3050	351,53
55	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 160A	249201	Unidade	1	77,1100	77,11
56	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	5	19,2600	96,30
57	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 10 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	7	8,1600	57,12
58	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	6	8,1600	48,96
59	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	6	8,0650	48,39
60	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	3	8,1600	24,48
61	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	10	8,1600	81,60
62	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	3	9,8100	29,43
63	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	3	10,1600	30,48
64	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 63	611886	Unidade	5	12,3100	61,55



	AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.					
65	DISJUNTOR BIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	5	73,0100	365,05
66	DISJUNTOR BIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	10	30,5300	305,30
67	DISJUNTOR BIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	10	29,6600	296,60
68	DISJUNTOR BIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	5	31,4000	157,00
69	DISJUNTOR BIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	9	31,4000	282,60
70	DISJUNTOR BIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	6	32,6750	196,05
71	DISJUNTOR BIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	7	32,6550	228,59
72	DISJUNTOR BIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	10	36,8700	368,70
73	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	5	41,0400	205,20
74	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	3	41,0400	123,12
75	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	5	41,0400	205,20
76	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	2	42,5300	85,06
77	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	17	45,3150	770,36
78	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	4	45,3150	181,26
79	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	5	51,2800	256,40
80	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 100 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C.	611886	Unidade	5	169,4900	847,45
81	MINICONTATOR AUXILIAR 3NA + 1NF ALIMENTAÇÃO 24VCA CORRENTE DE TRABALHO 10A TENSÃO DE ISOLAÇÃO 690V TEMPERATURA DE TRABALHO ENTRE 20°C-50°C	626734	Unidade	31	128,8350	3.993,89
82	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA MINICONTATOR	622763	Unidade	15	80,0500	1.200,75
83	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 10 – 16A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V	611886	Unidade	2	389,0033	778,01
84	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 18A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO OU MOLA. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO OU MOLA. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 3W. DURABILIDADE	626734	Unidade	25	291,8300	7.295,75



	MECÂNICA MÍNIMA DE 10.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR QUE -25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 40MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.					
85	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 25A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO OU MOLA. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO OU MOLA. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 3W. DURABILIDADE MECÂNICA MÍNIMA DE 10.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR QUE - 25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 40MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.	626734	Unidade	2	314,5800	629,16
86	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V	611886	Unidade	2	404,0700	808,14
87	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A	622763	Unidade	2	82,8900	165,78
88	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 5,5 – 8A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V	611886	Unidade	2	450,5567	901,11
89	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V	611886	Unidade	2	799,6600	1.599,32
90	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A	622763	Unidade	2	82,7850	165,57
91	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 40A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 6,5W. DURABILIDADE MECÂNICA MÍNIMA DE 6.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR	626734	Unidade	2	698,5900	1.397,18

	QUE -25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 80MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.					
92	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V.	611886	Unidade	2	1.196,8900	2.393,78
93	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A	622763	Unidade	2	82,7850	165,57
94	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V	611886	Unidade	1	1.422,1300	1.422,13
95	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A	622763	Unidade	1	82,7850	82,79
96	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 65A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC. CONTATOS DE FORÇA À PARAFUSO. CONTATOS DE COMANDO À PARAFUSO. MÁXIMA DISSIPACÃO DE CALOR DE 6,5W. DURABILIDADE MECÂNICA MÍNIMA DE 6.000.000 DE CICLOS. FREQUÊNCIA DE CHAVEAMENTO MÍNIMA SEM CARGA DE 3.600 CICLOS POR HORA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO IGUAL OU MELHOR QUE -25 A 60°C. TEMPO DE FECHAMENTO MÁXIMO DE 80MS. TEMPO DE ABERTURA MÁXIMA DE 19MS.	626734	Unidade	1	1.239,5500	1.239,55
97	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V	611886	Unidade	1	1.387,1100	1.387,11
98	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A	622763	Unidade	1	82,8900	82,89

**COTA PRINCIPAL - GRUPO 03: Itens 99 ao 113**

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
99	RELÉ ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO TRIFÁSICA, DESTINADO À PROTEÇÃO DE MOTORES E CARGAS CONTRA FALTA DE FASE, INVERSÃO DE SEQUÊNCIA DE FASES E DESEQUILÍBRIO DE TENSÃO. TENSÃO NOMINAL DE	375831	Unidade	15	422,1200	6.331,80

	ALIMENTAÇÃO: 208 A 480 V AC. AJUSTE DE TEMPO DE RETARDO PARA EVITAR DISPAROS INDEVIDOS. CONTATOS DE SAÍDA REVERSÍVEIS PARA COMANDO E SINALIZAÇÃO. MONTAGEM EM TRILHO DIN. DEVE ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E POSSUIR CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE.					
100	RELÉ DE TEMPO (TEMPORIZADOR /TEMPORIZAÇÃO) ALIMENTAÇÃO 24-240V CA/CC FREQUENCIA 50/60 HZ CORRENTE 8A FAIXA DE TEMPO DE ATRASO MÍN 0,05 SEGUNDOS - MÁX 300 HORAS	375831	Unidade	60	307,9800	18.478,80
101	RELÉ DE NÍVEL (CONTROLADOR DE NÍVEL) MULTIFUNÇÃO, 1NA, ALIMENTAÇÃO 24VCA, CORRENTE DE COMUTAÇÃO MÁXIMA 8A CA.	375831	Unidade	53	248,1860	13.153,86
102	ELETRODO DE NÍVEL TIPO PÊNDULO, CORPO EM INOX E ENVOLTO DE PLÁSTICO ABS.	484437	Unidade	150	58,3000	8.745,00
103	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PAINEL/ COMANDO TENSÃO DE ENTRADA 110/220V - SAÍDA 24VCC CORRENTE 5A	634103	Unidade	38	598,3100	22.735,78
104	BOTÃO DE COMANDO VERDE REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NA) AFIXADO POR PARAFUSO. O BLOCO PODE SER SUBSTITUÍDO E OUTROS BLOCOS PODEM SER ACOPLADOS NO CONJUNTO. FABRICADO EM PLÁSTICO E CONJUNTO COMPOSTO POR: BOTÃO, BASE DE FIXAÇÃO NO PAINEL (COM PORCA E ARROELA DE BORRACHA) E BLOCO DE CONTATO.	633504	Unidade	111	13,1600	1.460,76
105	BOTÃO DE COMANDO VERMELHO REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NF) AFIXADO POR PARAFUSO. O BLOCO PODE SER SUBSTITUÍDO E OUTROS BLOCOS PODEM SER ACOPLADOS NO CONJUNTO. FABRICADO EM PLÁSTICO E CONJUNTO COMPOSTO POR: BOTÃO, BASE DE FIXAÇÃO NO PAINEL (COM PORCA E ARROELA DE BORRACHA) E BLOCO DE CONTATO.	633504	Unidade	111	13,1600	1460,76
106	BOTÃO DE EMERGÊNCIA VERMELHO 40 MM EMPURRAR/PUXAR (SOCO/TRAVA), FURAÇÃO 22 MM, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ, TENSÃO NOMINAL	633504	Unidade	38	25,4000	965,20

	DE CONTATO MÍNIMA: 300 VCA, CAPACIDADE DE CORRENTE TÉRMICA EM REGIME PERMANENTE: 10 A, VIDA ÚTIL MECÂNICA MÍNIMA 107 MANOBRAS (BOTÃO E CONTATO), IP66 FRONTAL E CONTATOS: 1 NA E 1 NF.					
107	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 3 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 2NA	455282	Unidade	61	20,5200	1.251,72
108	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 2 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 1NA	455282	Unidade	45	39,0000	1.755,00
109	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NF	429682	Unidade	53	7,9000	418,70
110	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NA	429682	Unidade	53	7,9000	418,70
111	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERDE EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO).	633504	Unidade	54	14,9000	804,60
112	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERMELHO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO).	633504	Unidade	54	14,9000	804,60
113	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR AMARELO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO).	633504	Unidade	47	14,9000	700,30

**COTA RESERVADA - GRUPO 04: Itens 114 ao 128**

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
114	RELÉ ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO TRIFÁSICA, DESTINADO À PROTEÇÃO DE MOTORES E CARGAS CONTRA FALTA DE FASE, INVERSÃO DE SEQUÊNCIA DE FASES E DESEQUILÍBRIO DE TENSÃO. TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 208 A 480 V AC. AJUSTE DE TEMPO DE RETARDO PARA EVITAR DISPAROS INDEVIDOS. CONTATOS DE SAÍDA REVERSÍVEIS PARA	375831	Unidade	5	422,1200	2.110,60

	COMANDO E SINALIZAÇÃO. MONTAGEM EM TRILHO DIN. DEVE ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E POSSUIR CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DO FABRICANTE.					
115	RELÉ DE TEMPO (TEMPORIZADOR /TEMPORIZAÇÃO) ALIMENTAÇÃO 24-240V CA/CC FREQUENCIA 50/60 HZ CORRENTE 8A FAIXA DE TEMPO DE ATRASO MÍN 0,05 SEGUNDOS - MÁX 300 HORAS	375831	Unidade	20	307,9800	6.159,60
116	RELÉ DE NÍVEL (CONTROLADOR DE NÍVEL) MULTIFUNÇÃO, 1NA, ALIMENTAÇÃO 24VCA, CORRENTE DE COMUTAÇÃO MÁXIMA 8A CA.	375831	Unidade	17	248,1860	4.219,16
117	ELETRODO DE NÍVEL TIPO PÊNDULO, CORPO EM INOX E ENVOLTO DE PLÁSTICO ABS.	484437	Unidade	50	58,3000	2.915,00
118	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PAINEL/ COMANDO TÊNSÃO DE ENTRADA 110/220V - SAÍDA 24VCC CORRENTE 5A	634103	Unidade	12	598,3100	7.179,72
119	BOTÃO DE COMANDO VERDE REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NA) AFIXADO POR PARAFUSO. O BLOCO PODE SER SUBSTITUÍDO E OUTROS BLOCOS PODEM SER ACOPLADOS NO CONJUNTO. FABRICADO EM PLÁSTICO E CONJUNTO COMPOSTO POR: BOTÃO, BASE DE FIXAÇÃO NO PAINEL (COM PORCA E ARROELA DE BORRACHA) E BLOCO DE CONTATO.	633504	Unidade	36	13,1600	473,76
120	BOTÃO DE COMANDO VERMELHO REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NF) AFIXADO POR PARAFUSO. O BLOCO PODE SER SUBSTITUÍDO E OUTROS BLOCOS PODEM SER ACOPLADOS NO CONJUNTO. FABRICADO EM PLÁSTICO E CONJUNTO COMPOSTO POR: BOTÃO, BASE DE FIXAÇÃO NO PAINEL (COM PORCA E ARROELA DE BORRACHA) E BLOCO DE CONTATO.	633504	Unidade	36	13,1600	473,76
121	BOTÃO DE EMERGÊNCIA VERMELHO 40 MM EMPURRAR/PUXAR (SOCO/TRAVA), FURAÇÃO 22 MM, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ, TENSÃO NOMINAL DE CONTATO MÍNIMA: 300 VCA, CAPACIDADE DE CORRENTE TÉRMICA EM REGIME PERMANENTE: 10 A, VIDA ÚTIL MECÂNICA MÍNIMA 107 MANOBRAS (BOTÃO E CONTATO), IP66 FRONTAL	633504	Unidade	12	25,4000	304,80

	E CONTATOS: 1 NA E 1 NF.					
122	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 3 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 2NA	455282	Unidade	20	20,5200	410,40
123	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 2 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 1NA	455282	Unidade	15	39,0000	585,00
124	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NF	429682	Unidade	17	7,9000	134,30
125	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NA	429682	Unidade	17	7,9000	134,30
126	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERDE EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO).	633504	Unidade	18	14,9000	268,20
127	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERMELHO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO).	633504	Unidade	18	14,9000	268,20
128	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR AMARELO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO).	633504	Unidade	15	14,9000	223,50

**AMPLA PARTICIPAÇÃO - GRUPO 05: Itens 129 e 130**

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
129	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MÍNIMO): 690VAC, CURVA DE ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D"; CAPACIDADE DE INTERRUÇÃO MÁXIMA DE CURTO CIRCUITO-ICU (MÍNIMA) EM 440VAC: 14KA; ATENDER ÀS NORMAS ABNT NBR IEC 60947-2 (GRAVADA NO CORPO) E NR 10; CORRENTE NOMINAL MÍNIMA EM REGIME PERMANENTE: 160A	611886	Unidade	2	980,6700	1.961,34
130	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 500A: DISJUNTOR COM DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO,	611886	Unidade	2	2.514,0000	5.028,00

	PROTEÇÃO LI, SOBRECARGA E CURTO-CIRCUITO FIXOS. IN 500A, IR 500A, LI 5000A.					
--	---	--	--	--	--	--

1.2. Especificações Técnicas Complementares

1.2.1. Disjuntores de Caixa Moldada e Acessórios

1.2.1.1. Disjuntores até 160A



Características:

- Disjuntor termomagnético com proteção térmica ajustável no frontal e magnética fixa;
- Proteção Térmica ajustável de 0,7 a 1x a  $I_n$  no mínimo;
- Corrente nominal conforme tabela do pedido;
- Número de polos 3 polos protegidos de 3;
- Montagem sobre placa de montagem;
- Conservar capacidade da corrente nominal até temperatura de 50°C;
- Tensão suportável de impulso mínima de 8kV;
- Durabilidade mecânica mínima de 15.000 ciclos;
- Durabilidade elétrica mínima de 6.000 ciclos em AC-1 a 415Vac;
- Capacidade de curto-circuito mínima de 35kA a 220/240Vac, 25kA a 380/415Vac e 16kA a 440Vac.
- Conexões elétricas superior e inferior pelo frontal;



- Conexões à parafuso;
- Grau de poluição igual ou melhor que 3;
- Grau de proteção mínima IP40;
- Temperatura ambiente para funcionamento igual ou melhor que -25 a 70°C;
- Tensão de isolamento mínima de 690Vac;
- Tensão nominal de operação igual ou maior que 440V;

#### 1.2.1.2. Disjuntores de 500A

##### Características:

- Disjuntor termomagnético com disparador de sobrecarga fixo e curto circuito 10 x In;
- Número de polos 3 polos protegidos de 3;
- Montagem sobre placa de montagem;
- Conservar capacidade da corrente nominal até temperatura de 50°C;
- Tensão suportável de impulso mínima de 8kV;
- Durabilidade mecânica mínima de 15.000 ciclos;
- Durabilidade elétrica mínima de 6.000 ciclos em AC-1 a 415Vac;
- Capacidade de curto-circuito mínima de 55kA a 220/240Vac, 36kA a 380/415Vac e 36kA a 440Vac.
- Conexões elétricos superior e inferior pelo frontal;
- Conexões à parafuso;
- Grau de poluição igual ou melhor que 3;
- Grau de proteção mínima IP40;
- Temperatura ambiente para funcionamento igual ou melhor que -25 a 70°C;
- Tensão de isolamento mínima de 690Vac;
- Tensão nominal de operação igual ou maior que 440V;

- Deverá acompanhar Separador de Fases;

#### 1.2.2. Disjuntores de Uso Geral e Acessórios



#### Características:

- Disjuntor deve realizar proteção contra sobrecarga e curto-circuito;
- Princípio de atuação termomagnética;
- Atuação por alavanca articulada;
- Capacidade de suportar curto-circuito mínimo de 5kA em 127/220V e 3kA em 230/400V a 100% da corrente nominal;
- Disjuntores e acessórios devem ser da mesma família;
- Curva de disparo 'C';
- 18mm de passo (18mm monopolar, 36mm bipolar e 54mm tripolar);
- Encaixe sobre trilho DIN 35mm;
- Deve permitir instalação de acessório para bloqueio por cadeado na posição desligada;
- Suportar torque de aperto mínimo de 2Nm;
- Durabilidade mecânica mínima de 10.000 ciclos;
- Temperatura de operação igual ou melhor que -5 a 45°C;
- O Disjuntor deve possuir indicação frontal do estado de operação;

- Grau de poluição mínimo de 2;
- Conexão elétrica tipo túnel com capacidade mínima para 1 cabo de cobre rígido de 1 a 25mm<sup>2</sup> ou flexível de 1 a 16mm<sup>2</sup>.

### 1.2.3. Mini Contator Auxiliar e acessórios



#### Características:

- Categoria de uso: CA-15 e CC-13;
- Conexão à parafuso ou mola;
- Composição de contatos conforme tabela de pedido;
- Tensão de operação nominal até 690V;
- Corrente suportável mínima de 10A a 220Vac;
- Tensão de isolamento nominal mínima de 690Vac;
- Montagem sobre trilho DIN 35mm;
- Durabilidade mecânica mínima de 10 milhões de ciclos;
- Ciclos mínimo de operação por hora de 10.000;
- Máxima potência de irrupção de 37VA;
- Consumo de potência de manutenção de até 5,7VA;
- Máxima dissipação de calor de 1,43W;
- Temperatura de funcionamento entre -25 e 50°C;

- O bloco de contato deve ser compatível com o contator auxiliar;
- Dimensões máximas para montagem do painel:
  - ✓ Altura de 58mm;
  - ✓ Largura de 45mm;
  - ✓ Profundidade de 73mm.

#### 1.2.4. Contator de força



#### Características:

- Onde for conexão mola deve ser permitido inserção de 2 cabos por polo;
- Fixação em trilho DIN 35mm;
- Possibilidade de inserir contatos auxiliares;
- Categorias de uso: AC1, AC4, AC3 e AC3e;
- Tensão de operação nominal igual ou melhor que 690Vac;
- Tensão suportável de impulso mínima de 6kV;
- Contato auxiliar 1NA+1NF;

#### 1.2.5. Disjuntor Motor



1.2.5.1. Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 5,5 – 8A

Características:

- Potência mínima dissipada [W] em valor nominal de corrente:
  - ✓ Em CA em estado operacional quente - 9,25 W;
  - ✓ Em CA em estado operacional quente por ponto de ligação – 3,1 W;
  - ✓ Tensão de isolamento em grau de poluição 3 em CA valor nominal 690 V;
  - ✓ Tensão de impulso suportável valor nominal 6 kV;
- Resistência ao choque de acordo com IEC 60068-2-27 25g / 11 ms sinusoidal;
- Durabilidade mecânica mínima (ciclos de operação):
  - ✓ Dos contatos principais típica 100.000;
  - ✓ Dos contatos auxiliares típica 100.000;
- Durabilidade elétrica mínima típica 100.000;
- Número de polos – 3;
- Montagem: Fixação em trilho 35 mm, conforme DIN EN 60715;
- Grau de Proteção (IP): IP20;
- Potência mínima Operacional em AC3 e AC3e:
  - ✓ 230 V: 1,5 kW;
  - ✓ 400 V: 3 kW;
  - ✓ 500 V: 3 kW;
  - ✓ 690 V: 5,5 kW;

- Capacidade mínima de Interrupção de Curto-Circuito (Icu):

- ✓ 240 V: 100 kA;
- ✓ 400 V: 100 kA;
- ✓ 500 V: 42 kA;
- ✓ 690 V: 4 kA;

- Temperatura Operacional -20 ... +60 °C;

1.2.5.2. Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 10 – 16A

Características:

- Potência mínima dissipada [W] em valor nominal de corrente:

- ✓ Em CA em estado operacional quente - 9,25 W;
- ✓ Em CA em estado operacional quente por ponto de ligação – 3,1 W;
- ✓ Tensão de isolamento em grau de poluição 3 em CA valor nominal 690 V;
- ✓ Tensão de impulso suportável valor nominal 6 kV;

- Resistência ao choque de acordo com IEC 60068-2-27 25g / 11 ms sinusoidal;

- Durabilidade mecânica mínima (ciclos de operação):

- ✓ Dos contatos principais típica 100.000;
- ✓ Dos contatos auxiliares típica 100.000;

- Durabilidade elétrica mínima típica 100.000;

- Número de polos – 3;

- Montagem: Fixação em trilho 35 mm, conforme DIN EN 60715;

- Grau de Proteção (IP): IP20;

- Potência Operacional mínima em AC3 e AC3e:

- ✓ 230 V: 4 kW;
- ✓ 400 V: 7,5 kW;
- ✓ 500 V: 7,5 kW;
- ✓ 690 V: 11 kW;

- Capacidade de Interrupção mínima de Curto-Circuito (Icu):

- ✓ 240 V: 100 kA;
- ✓ 400 V: 55 kA;
- ✓ 500 V: 10 kA;
- ✓ 690 V: 4 kA;

- Temperatura Operacional -20 ... +60 °C;

1.2.5.3. Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 27 – 32A

Características:

- Potência mínima dissipada [W] em valor nominal de corrente:
  - ✓ Em CA em estado operacional quente - 13,25 W;
  - ✓ Em CA em estado operacional quente por ponto de ligação – 4,4 W;
  - ✓ Tensão de isolamento em grau de poluição 3 em CA valor nominal 690 V;
  - ✓ Tensão de impulso suportável valor nominal 6 kV;
- Resistência ao choque de acordo com IEC 60068-2-27 25g / 11 ms sinusoidal;
- Durabilidade mecânica mínima (ciclos de operação):
  - ✓ Dos contatos principais típica 100.000;
  - ✓ Dos contatos auxiliares típica 100.000;
- Durabilidade elétrica mínima típica 100.000;
- Número de polos – 3;
- Montagem: Fixação em trilho 35 mm, conforme DIN EN 60715;
- Grau de Proteção (IP): IP20;
- Potência Operacional mínima em AC3 e AC3e:
  - ✓ 230 V: 7,5 kW;
  - ✓ 400 V: 15 kW;
  - ✓ 500 V: 18,5 kW;
  - ✓ 690 V: 30 kW;
- Capacidade de Interrupção mínima de Curto-Circuito (Icu):
  - ✓ 240 V: 100 kA;
  - ✓ 400 V: 25 kA;



- ✓ 500 V: 5 kA;
- ✓ 690 V: 2 kA;

- Temperatura Operacional -20 ... +60 °C;

1.2.5.4. Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 32 – 40A

Características:

- Potência mínima dissipada [W] em valor nominal de corrente:
  - ✓ Em CA em estado operacional quente - 20 W;
  - ✓ Em CA em estado operacional quente por ponto de ligação – 6,7 W;
  - ✓ Tensão de isolamento em grau de poluição 3 em CA valor nominal 690 V;
  - ✓ Tensão de impulso suportável valor nominal 6 kV;
- Resistência ao choque de acordo com IEC 60068-2-27 25g / 11 ms sinusoidal;
- Durabilidade mecânica mínima (ciclos de operação):
  - ✓ Dos contatos principais típica 50.000;
  - ✓ Dos contatos auxiliares típica 50.000;
- Durabilidade elétrica mínima típica 50.000;
- Número de polos – 3;
- Montagem: Fixação em trilho 35 mm, conforme DIN EN 60715;
- Grau de Proteção (IP): IP20;
- Potência Operacional mínima em AC3 e AC3e:
  - ✓ 230 V: 11 kW;
  - ✓ 400 V: 18,5 kW;
  - ✓ 500 V: 22 kW;
  - ✓ 690 V: 37 kW;
- Capacidade de Interrupção mínima de Curto-Circuito (Icu):
  - ✓ 240 V: 100 kA;
  - ✓ 400 V: 65 kA;
  - ✓ 500 V: 10 kA;
  - ✓ 690 V: 4 kA;

- Temperatura Operacional -20 ... +60 °C;

1.2.5.5. Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 42 – 50A

Características:

- Potência mínima dissipada [W] em valor nominal de corrente:
  - ✓ Em CA em estado operacional quente - 24 W;
  - ✓ Em CA em estado operacional quente por ponto de ligação – 8,2 W;
  - ✓ Tensão de isolamento em grau de poluição 3 em CA valor nominal 690 V;
  - ✓ Tensão de impulso suportável valor nominal 6 kV;
- Resistência ao choque de acordo com IEC 60068-2-27 25g / 11 ms sinusoidal;
- Durabilidade mecânica mínima (ciclos de operação):
  - ✓ Dos contatos principais típica 50.000;
  - ✓ Dos contatos auxiliares típica 50.000;
- Durabilidade elétrica mínima típica 50.000;
- Número de polos – 3;
- Montagem: Fixação em trilho 35 mm, conforme DIN EN 60715;
- Grau de Proteção (IP): IP20;
- Potência Operacional mínima em AC3 e AC3e:
  - ✓ 230 V: 15 kW;
  - ✓ 400 V: 22 kW;
  - ✓ 500 V: 30 kW;
  - ✓ 690 V: 45 kW;
- Capacidade de Interrupção mínima de Curto-Circuito (Icu):
  - ✓ 240 V: 100 kA;
  - ✓ 400 V: 65 kA;
  - ✓ 500 V: 8 kA;
  - ✓ 690 V: 4 kA;
- Temperatura Operacional -20 ... +60 °C;

1.2.5.6. Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 54 – 65A

Características:

- Potência mínima dissipada [W] em valor nominal de corrente:
  - ✓ Em CA em estado operacional quente - 26 W;
  - ✓ Em CA em estado operacional quente por ponto de ligação – 8,7 W;
  - ✓ Tensão de isolamento em grau de poluição 3 em CA valor nominal 690 V;
  - ✓ Tensão de impulso suportável valor nominal 6 kV;
- Resistência ao choque de acordo com IEC 60068-2-27 25g / 11 ms sinusoidal;
- Durabilidade mecânica mínima (ciclos de operação):
  - ✓ Dos contatos principais típica 20.000;
  - ✓ Dos contatos auxiliares típica 20.000;
- Durabilidade elétrica mínima típica 20.000;
- Número de pólos – 3;
- Montagem: Fixação em trilho 35 mm, conforme DIN EN 60715;
- Grau de Proteção (IP): IP20;
- Potência Operacional mínima em AC3 e AC3e:
  - ✓ 230 V: 18,5 kW;
  - ✓ 400 V: 30 kW;
  - ✓ 500 V: 45 kW;
  - ✓ 690 V: 55 kW;
- Capacidade de Interrupção mínima de Curto-Circuito (Icu):
  - ✓ 240 V: 100 kA;
  - ✓ 400 V: 30 kA;
  - ✓ 500 V: 4 kA;
  - ✓ 690 V: 2 kA;
- Temperatura Operacional -20 ... +60 °C;

#### 1.2.6. Relé eletrônico de proteção trifásica



Características:

- Relé de controle multifunção (para uso em instalações trifásicas) com as funções:
  - ✓ Falta de fase;
  - ✓ Sequência de fase;
  - ✓ Assimetria;
  - ✓ Subtensão e sobretensão em modo janela;
- O relé deve ser dotado de no mínimo 1 contato auxiliar reversível NAF com as características:
  - ✓ Time delay ajustável de 0,1 a 10s para assimetria e sub/sobre tensão (instantâneo para falta e sequência);
  - ✓ Capacidade de comutação dos contatos de 1250VA;
  - ✓ Tensão de comutação igual ou maior que 250Vac;
  - ✓ Capacidade de 5A;
- Faixa de medição trifásica autoajustável de 208 a 480Vac (fase/fase);
- Subtensão de -20 a -2% da  $U_n$  selecionada;
- Sobretensão de 2 a 20% da  $U_n$  selecionada;
- Faixa de ajuste do limiar de assimetria mínimo de 5 a 15% da  $U_n$  selecionada;
- Limites de tensão de alimentação medição mínimo de 183 e máximo de 528Vac;
- Delay máximo na partida de 650ms;
- Material do invólucro de Plástico autoextintor;
- Ciclo máximo de medição de 150ms como valor rms verdadeiro;
- Mínimo de 2 indicações de status através de LED (ligado e estado do relé);
- Instalação em trilho DIN de 35mm;
- MTTFd de 502,2 anos;
- Temperatura ambiente de operação de -20 a 50°C;
- Grau de poluição mínimo 3;
- Tensão de teste dielétrico mínima de 2 kV CA 50 Hz, 1 min conforme IEC 60255-5;

- Categoria de sobretensão III (ou melhor) conforme IEC 60664-1;
- Durabilidade elétrica mínima de 100.000 ciclos;
- Durabilidade mecânica mínima de 30.000.000 ciclos.

#### 1.2.7. Relé de tempo (temporizador /temporização)



#### Características:

- Função retardo na energização (power-on delay);
- Alimentação 24Vdc ou de 24 a 240Vac com tolerância de 0,85 até 1,1x Un no mínimo;
- Faixas de tempo selecionável:

Segundos	Minutos	Horas
0,05 a 1s	3 a 30min	3 a 30h
0,3 a 3s	3 a 300min	30 a 300h
1 a 10s		
3 a 30s		
10 a 100s		
30 a 300s		

- O relé deve ser dotado de no mínimo 2 contatos auxiliares reversíveis NAF com as características:
  - ✓ Capacidade de comutação dos contatos de 2000VA;
  - ✓ Tensão de comutação igual ou maior que 250Vac;
  - ✓ Capacidade mínima de 8A;

- Durabilidade elétrica de 100.000 ciclos;
- Durabilidade mecânica de 10.000.000 ciclos;
- MTTFd igual ou melhor que 216,8 anos;
- Temperatura ambiente de operação de -20 a 60°C;
- Montagem em qualquer posição.

1.2.8. Relé de nível (controlador de nível) multifunção



Características:

- Alimentação universal de 24 a 240Vac com limites de 20,4 até 264Vac;
- Faixa de medição ajustável de 5 a 100kohm;
- Delay ajustável no frontal do relé;
- Potência consumida máximo de 1,5W;
- Dotado de 2 contatos reversíveis;
- Tensão de chaveamento mínima de 250Vac;
- Capacidade de chaveamento de corrente mínima de 8A;
- Máxima tensão no eletrodo de 12Vac;
- Máxima corrente no eletrodo de 1mA;

- Precisão na repetição igual ou melhor que +/- 2%;
- Erro menor que 1% sobre todo o rango com variação na voltagem e 0,05%/oC com variação na temperatura;
- Distância de cabo igual ou melhor que 1.000m;
- Resistência de isolação igual ou maior que 100MOhm a 500Vcd (isolação entre alimentação e medição);
- Indicação de funcionamento por led sendo amarelo para estado do relé e verde para alimentação do relé;
- Instalação sobre trilho DIN;
- Durabilidade elétrica igual ou superior a 100.000 ciclos;
- Durabilidade mecânica igual ou superior a 10.000.000 ciclos;
- MTTFd igual ou melhor que 125 anos;
- Contatos livre de cádmio;
- Temperatura ambiente de -20 a 50oC;
- Princípio de detecção por eletrodos resistivos;
- Função conjugada de enchimento e esvaziamento selecionável no próprio relé;
- Para o eletrodo:
  - ✓ Corpo em aço inox;
  - ✓ Suspensão por cabo.

#### 1.2.9. Eletrodo de nível tipo pêndulo





Características:

- Material da haste Aço Inox 304/316 (sob consulta)
- Número de hastes 1
- Comprimento da(s) haste(s) 23 mm
- Temperatura máxima 60°C
- Pressão máx. da rosca 50 Kg/cm²
- Bitola mín. do condutor elétrico 1 mm²
- Isolador ABS

1.2.10. Fonte de alimentação para painel/ comando



- Com seleção automática da alimentação (127 ou 220vac);
- Range de alimentação para tensão nominal de 220vac igual ou melhor que 200 a 240Vac;
- Frequência de alimentação igual ou melhor que 50 a 60Hz;
- Ripple máximo igual ou menor que 100mV;
- Ajuste da tensão de saída via trimpot no mínimo de 24 a 28V;
- Saída de 5A;
- Eficiência mínima de 92,3%;

- Máxima perda admissível de 10W;
- Temperatura de trabalho igual ou melhor que -10 a 70°C;
- Dotada de contato auxiliar “24V ok”;
- MTBF mínimo de 1.379.000 horas a 40°C;
- Montagem sobre trilho DIN de 35mm;
- Terminais a parafuso ou mola;
- Indicação da tensão de saída por led;
- Pode ser ligada em paralelo ou em série sem utilização de acessórios;

#### 1.2.11. Itens de comando e sinalização



As características listadas nessa seção são aplicáveis à família de comando e sinalização como um todo.

- A família de produtos deve contar com botões, sinalizadores, chaves seletoras, botões de emergência;
- Todos os itens deverão possuir padrão de montagem 22mm e serem instalados em chapas de espessura entre 1 e 5mm;
- Os botões deverão ser do tipo faceado;
- As conexões nos blocos de contato e sinaleiro deverão ser executadas com parafuso;
- Temperatura de operação igual ou melhor que -25 a 55°C.
- Os blocos de contato devem possuir essas características mínimas:
  - ✓ Durabilidade elétrica mínima de 500.000 ciclos;

- ✓ Material dos contatos de Liga de Prata (Ag/Ni);
- ✓ Corrente nominal de operação mínima de 10A;
- ✓ Tensão nominal de isolamento de 600V;
- ✓ Suportar fiação entre 0,50 e 1,5mm<sup>2</sup>.
- ✓ Torque de aperto máximo de 0,8Nm.
- ✓ Terminais a parafuso.

- Os sinaleiros devem possuir essas características mínimas:

- ✓ Alimentação AC/DC.
- ✓ Adequado para uso contínuo.
- ✓ Vida útil mínima de 40.000 horas.
- ✓ Montagem padrão 22mm em chapas de 1 a 5mm.
- ✓ Suportar fiação entre 0,50 e 1,5mm<sup>2</sup>.
- ✓ Tensão nominal de isolamento igual ou superior a 400V.
- ✓ Temperatura de operação igual ou melhor que -25 a 55°C.
- ✓ Grau de proteção IP54 frontal montado.

- As seletoras devem possuir as seguintes características mínimas:

- ✓ Temperatura de funcionamento de -25 a 55°C;

- Os botões pulsadores devem possuir as seguintes características mínimas:

- ✓ Vida útil mecânica de 1.500.000 ciclos;
- ✓ Temperatura de funcionamento de -25 a 55°C;

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 16.588, de 24 de fevereiro de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):**

4.1. As marcas indicadas neste Termo de Referência têm finalidade meramente exemplificativa, servindo apenas para facilitar a compreensão da descrição do objeto licitado. Assim, não configuram exigência de marca específica como critério de julgamento, de modo a não restringir a participação de outros fabricantes ou fornecedores, prática esta vedada pela legislação vigente.

4.1.1. Serão aceitas propostas com produtos de qualquer marca, desde que a licitante comprove que o item ofertado atende integralmente aos requisitos técnicos e apresente compatibilidade equivalente às marcas de referência mencionadas na tabela a seguir:

ITEM	MODELO DE REFERÊNCIA
<b>1 e 50</b>	Modelo LV510304. Fabricante Schneider ou similar técnico Modelo 3VM10502ED320AA0. Fabricante Siemens ou similar técnico.
<b>2 e 51</b>	Modelo LV510305. Fabricante Schneider ou similar técnico. Modelo 3VM1163-3EE32-0AA0. Fabricante Siemens ou similar técnico.
<b>3 e 52</b>	Modelo LV429329. Fabricante Schneider ou similar técnico. Modelo 3VM9152-0WA00. Fabricante Siemens ou similar técnico.
<b>4 e 53</b>	Modelo LV510307 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3VM1110-3EE32-0AA0. Fabricante Siemens ou similar técnico.
<b>5 e 54</b>	Modelo LV429329. Fabricante Schneider ou similar técnico. Modelo 3VM9152-0WA00. Fabricante Siemens ou similar técnico
<b>6 e 55</b>	Modelo LV429329. Fabricante Schneider ou similar técnico. Modelo 3VM9152-0WA00. Fabricante Siemens ou similar técnico.
<b>7 e 56</b>	Modelo EZ9F33106 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL6106-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>8 e 57</b>	Modelo EZ9F33110 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1110-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>9 e 58</b>	Modelo EZ9F33116 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1116-7MB da Siemens ou similar técnico.

ITEM	MODELO DE REFERÊNCIA
<b>10 e 59</b>	Modelo EZ9F33120 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1120-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>11 e 60</b>	Modelo EZ9F33125 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1125-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>12 e 61</b>	Modelo EZ9F33132 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1132-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>13 e 62</b>	Modelo EZ9F33140 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1140-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>14 e 63</b>	Modelo EZ9F33150 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1150-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>15 e 64</b>	Modelo EZ9F33163 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1163-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>16 e 65</b>	Modelo EZ9F33206 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1206-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>17 e 66</b>	Modelo EZ9F33216 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1216-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>18 e 67</b>	Modelo EZ9F33220 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1220-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>19 e 68</b>	Modelo EZ9F33225 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1225-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>20 e 69</b>	Modelo EZ9F33232 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1232-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>21 e 70</b>	Modelo EZ9F33240 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1240-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>22 e 71</b>	Modelo EZ9F33250 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1250-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>23 e 72</b>	Modelo EZ9F33263 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1263-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>24 e 73</b>	Modelo EZ9F33316 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1316-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>25 e 74</b>	Modelo EZ9F33320 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1320-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>26 e 75</b>	Modelo EZ9F33325 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1325-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>27 e 76</b>	Modelo EZ9F33332 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1332-7MB da Siemens ou similar técnico.

ITEM	MODELO DE REFERÊNCIA
<b>28 e 77</b>	Modelo EZ9F33340 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1340-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>29 e 78</b>	Modelo EZ9F33350 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1350-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>30 e 79</b>	Modelo EZ9F33363 da Schneider ou similar técnico. Modelo 5SL1363-7MB da Siemens ou similar técnico.
<b>31 e 80</b>	Modelo 5SP43917 da Siemens ou similar técnico. Modelo MDW-C100-3 da WEG ou similar técnico.
<b>32 e 81</b>	Modelo CA2KN31B7 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3RH2131-1AB00 da Siemens ou similar técnico.
<b>33 e 82</b>	Modelo LA1KN22 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3RH2911-2HA22 da Siemens ou similar técnico.
<b>34 e 83</b>	Modelo 3RV2021-4AA10 da Siemens ou similar técnico.
<b>35 e 84</b>	Modelo LC1D18B7 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3RT2026-2AC20 da Siemens ou similar técnico.
<b>36 e 85</b>	Modelo LC1D25B7 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3RT2026-2AC20 da Siemens ou Similar Técnico.
<b>37 e 86</b>	Modelo 3RV2021-4DA20 da Siemens ou similar técnico.
<b>38 e 87</b>	Modelo 3RV2901-2E da Siemens ou similar técnico.
<b>39 e 88</b>	Modelo 3RV2011-1HA10 da Siemens ou similar técnico.
<b>40 e 89</b>	Modelo 3RV2021—4EA20 da Siemens ou similar técnico.
<b>41 e 90</b>	Modelo 3RV2901-2E da Siemens ou similar técnico
<b>42 e 91</b>	Modelo LC1D40AB7 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3RT2035-1AC20 da Siemens ou similar técnico.
<b>43 e 92</b>	Modelo 3RV2031-4UA10 da Siemens ou similar técnico.
<b>44 e 93</b>	Modelo 3RV2901-2E da Siemens ou similar técnico.
<b>45 e 94</b>	Modelo 3RV2031-4WA10 da Siemens ou similar técnico.
<b>46 e 95</b>	Modelo 3RV2901-2E da Siemens ou similar técnico.
<b>47 e 96</b>	Modelo LC1D65AB7 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3RT2037-1AC20 da Siemens ou similar técnico.
<b>48 e 97</b>	Modelo 3RV2031-4JA10 da Siemens ou similar técnico.
<b>49 e 98</b>	Modelo 3RV2901-2E da Siemens ou similar técnico.
<b>99 e 114</b>	Modelo RM17TE00 da Schneider ou similar técnico.
<b>100 e 115</b>	Modelo RE22R2AMR da Schneider ou similar técnico.
<b>101 e 116</b>	Modelo RM22LG11MR da Schneider ou similar técnico.
<b>102 e 117</b>	Digimec ou similar técnico.

ITEM	MODELO DE REFERÊNCIA
<b>103 e 118</b>	Modelo 6EP1333-1LB000 da Siemens ou similar técnico. Modelo 1606-XLB120E da Allen Bradley ou similar técnico.
<b>104 e 119</b>	Modelo XA2EA31 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7130-0AB40-1BA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>105 e 120</b>	Modelo XA2EA42 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7130-0AB20-1CA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>106 e 121</b>	Modelo XA2ES542 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7130-1HB20-1CA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>107 e 122</b>	Modelo XA2ED33 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7130-2AL10-1NA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>108 e 123</b>	Modelo XA2ED25 da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7130-2AA10-1BA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>109 e 124</b>	Modelo ZA2EE101 da Schneider ou similar técnico.
<b>110 e 125</b>	Modelo ZA2EE102 da Schneider ou similar técnico.
<b>111 e 126</b>	Modelo XA2EVB3LC da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7213-6AA40-1AA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>112 e 127</b>	Modelo XA2EVB4LC da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7213-6AA20-1AA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>113 e 128</b>	Modelo XA2EVB8LC da Schneider ou similar técnico. Modelo 3SB7213-6AA30-1AA0 da Siemens ou similar técnico.
<b>129</b>	Modelo LV516303. Fabricante ou similar técnico. Modelo 3VM1116-3EE32-0AA0. Fabricante Siemens ou similar técnico.
<b>130</b>	Modelo 3VM1450-4ED32-0AA0 da Siemens ou similar técnico

#### Da exigência de documentação complementar à proposta

4.2. Juntamente com a proposta, a empresa licitante deverá enviar:

4.2.1. Os catálogos técnicos dos fabricantes dos materiais ofertados com as informações mínimas que comprovem o atendimento das especificações contidas nesse termo de referência. Os Catálogos deverão ser fornecidos em língua portuguesa e, em caso de material importado, também em língua inglesa.

4.2.2. O não envio da documentação acima, ensejará a desclassificação da licitante.

#### Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados da formalização do pedido, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A Contratada é responsável por todos os custos diretos e indiretos; despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga do objeto, seguro, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, além daquelas decorrentes de eventuais trocas.

5.4. Para entrega, os materiais deverão ser preferencialmente acondicionados e entregues em embalagem individual, adequada, original do fabricante, sem avaria, inviolada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.5. A Contratada deverá garantir que a embalagem do material preserve seu desempenho e suas funcionalidades durante o transporte, movimentação e armazenamento. Sempre que necessário, deverá informar as condições especiais de transporte, movimentação e armazenamento.

5.6. Não serão aceitos materiais sem os devidos acessórios, quando forem solicitados na descrição e nas especificações técnicas complementares.

5.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central do DAE. Endereço: Rua Felicíssimo Antônio Pereira, nº 06-40 Bairro: Vila São Francisco Cep: 17054-000 Cidade: Bauru/SP - Horário de funcionamento: 7:30 as 10:30 e das 13:00 as 16:30.

### **Garantia**

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 9 (nove) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#) e Decreto Municipal nº 16.666, de 2023).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Serviço de Controladoria Financeira para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela Seção de Almoxarifado e/ou pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser recolhidos e substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. Expirado o prazo previsto para recolhimento do material rejeitado, o DAE se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais rejeitados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a CONTRATADA, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados.

7.2.2. Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a CONTRATADA e ante o não recolhimento dos materiais rejeitados por parte da mesma e está, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica reservado ao DAE o direito de efetuar o descarte dos materiais rejeitados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação, adotando as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento de eventuais despesas decorrentes de tal descarte.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Dado o atesto / recebimento provisório da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. O prazo de validade;
- 7.9.2. A data da emissão;
- 7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. O valor a pagar; e
- 7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto / recebimento provisório.

7.18. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);



8.13. **Produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 16.600, de 24 de fevereiro de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

#### **Documentações complementares**

8.25. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.25.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.25.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.25.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.26. Se, por ocasião da formalização da contratação, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.26.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para que no prazo de 2 (dois) dias úteis comprove as exigências referidas com os prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar e serem aplicadas as penalidades legais cabíveis.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 304.813,04 (trezentos e quatro mil, oitocentos e treze reais e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Ficha nº 1322.

- I) Gestão/Unidade: 05.01.06;
- II) Fonte de Recursos: 04.110.0000;
- III) Programa de Trabalho: 5002;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00-26;

## APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### **I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:**

Este Estudo Técnico Preliminar refere-se à aquisição de materiais elétricos para instalação e manutenção de painéis de comando utilizados nas unidades de produção, adução e reservação de água desta Autarquia.

Todas as Unidades de Produção, Adução e Reservação do DAE utilizam um ou mais painéis de força e comando para acionamento das bombas, distribuição de energia, correção de fator de potência, interligação de comando para funcionamento do conjunto poço-reservatório (quando em unidades distintas), além de outros sistemas fundamentais para o atendimento do município de Bauru.

Muitos desses painéis já se encontram obsoletos ou bastante degradados pelo tempo de uso, o que reduz a confiabilidade e a disponibilidade do sistema, além de aumentar a quantidade de paradas não programadas. Sem falar nas questões de segurança das pessoas.

Esses painéis necessitam de manutenção e para tanto, é necessária aquisição de vários tipos de componentes, tanto para montagem de novos painéis quanto para substituição de peças defeituosas em atividades de manutenção preventiva e corretiva.

Esses itens são fundamentais para garantir a segurança e a eficiência do sistema, permitindo uma resposta ágil às demandas de manutenção preventiva ou intervenções emergenciais. A iniciativa tem como objetivo preservar a integridade das instalações, assegurar a continuidade do fornecimento de água para a população e proteger tanto os equipamentos quanto as pessoas.

Dentre as unidades cujos painéis necessitam de manutenção/reforma citamos a Estação de Tratamento de Água, T1, UR3, UR15, UR 29, UR23. Esses materiais também serão empregados em painéis de comando de Banco de Capacitores utilizados para correção do fator de potência a fim de se evitar o pagamento de multas para a concessionária de energia. Alguns desses componentes encontram-se com os estoques baixos e até mesmo zerados em nosso almoxarifado central.

Sendo assim, as quantidades estimadas para a aquisição desses materiais elétricos para painéis de comando serão suficientes para atender as manutenções corretivas e emergenciais necessárias nas unidades informadas e repor o estoque mínimo de materiais sobressalentes.

### **II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

Consta disponibilidade orçamentária que será suportada pela ficha orçamentária 1322 da Diretoria de Produção e Reservação.

### **III - Requisitos da contratação:**

Trata-se de materiais que serão utilizados pela seção de Elétrica da Autarquia e deverão ser fornecidos por empresas devidamente regulamentadas, de acordo com a legislação vigente e atender as exigências que serão definidas no Termo de Referência.

Não será permitida a subcontratação.

Deverão ser apresentados na proposta os catálogos técnicos dos fabricantes dos materiais ofertados com as informações mínimas que comprovem o atendimento das especificações que serão descritas no termo de referência. Os Catálogos deverão ser fornecidos em língua portuguesa e, em caso de material importado, também em língua inglesa.

Nos descritivos dos materiais desta contratação serão apresentadas marcas, características ou modelos para melhor compreensão do objeto a ser licitado adequando-se apenas como referência. Qualquer marca será aceita, desde que demonstrado pelo potencial licitante que o produto ofertado possui os requisitos técnicos que serão definidos no Termo de Referência.

Alguns dos itens a serem adquiridos deverão ser compatíveis entre si, conforme especificações a serem definidas nos descritivos do Termo de Referência.

As especificações técnicas complementares que constarão no Termo de Referência foram elaboradas com a finalidade de garantir que os materiais adquiridos atendam aos requisitos técnicos essenciais para assegurar a qualidade e segurança das instalações, que desempenham um papel crucial no abastecimento de água para a população. Tais requisitos são fundamentais não apenas para a funcionalidade e durabilidade dos sistemas, mas também para garantir a continuidade e eficiência no fornecimento de água, um serviço vital para a saúde e o bem-estar da comunidade. Essas exigências visam padronizar as condições mínimas necessárias para o perfeito funcionamento dos sistemas, garantindo que os materiais empregados suportem as condições operacionais exigidas ao longo do tempo.

Além disso, ao estabelecer essas condições mínimas, busca-se promover a transparência e a qualidade, assegurando que os fornecedores atendam aos padrões esperados sem que haja qualquer tipo de direcionamento que prejudique a competitividade. Vale ressaltar que as exigências não excluem a participação de fornecedores que apresentem soluções inovadoras, desde que estas atendam ou superem as especificações mínimas. Essa abordagem amplia as possibilidades de escolha, permitindo que alternativas tecnológicas e mais eficientes, que agreguem valor ao projeto, sejam consideradas, beneficiando diretamente a população que depende desse serviço essencial.

As imagens dos componentes, por sua vez, possuem caráter exclusivamente ilustrativo, com o intuito de proporcionar uma melhor compreensão das características dos materiais requeridos. Elas não configuram um direcionamento para uma marca ou modelo específico e não devem ser interpretadas como uma restrição à concorrência. Qualquer produto que atenda às especificações técnicas descritas será aceito, independentemente da marca ou modelo apresentado.

Dessa forma, as especificações complementares e as imagens ilustrativas não comprometem a competitividade do processo licitatório, assegurando que ele permaneça aberto a todos os fornecedores que atendam aos requisitos técnicos, em conformidade com os princípios de isonomia, transparência e legalidade.

**IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:**

As quantidades estimadas serão utilizadas para manutenções dos painéis de comando das unidades: Estação de Tratamento de Água, T1, UR3, UR15, UR 29, UR23. Esses materiais também serão empregados em painéis de comando de Banco de Capacitores utilizados para correção do fator de potência a fim de se evitar o pagamento de multas para a concessionária de energia e para recompor os estoques mínimos do almoxarifado.

Seguem as quantidades estimadas:

Unidade	Descrição dos Materiais	ETA	Reforma Painel T1	Reforma Painel UR3	Reforma Painel UR 15	Reforma Painel UR 29	Painéis de Banco de Capacitores	Reforma Painel UR 23	Estoque Mínimo Almoxarifado	Estoque Atual	Total a ser Adquirido
Un	Disjuntor tripolar em caixa moldada 50A						50		20	0	70
Un	Disjuntor tripolar em caixa moldada 63A						20		20	13	27
Un	Conjunto separador de fases para entrada e saída do disjuntor 63A.								54	0	54
Un	Disjuntor tripolar em caixa moldada 100A								50	40	10
Un	Conjunto separador de fases para entrada e saída do disjuntor 100A.								20	0	20
Un	Disjuntor tripolar em caixa moldada 160A								25	23	2
Un	Conjunto separador de fases para entrada e saída								4	0	4

	do disjuntor 160A.										
Un	Disjuntor unipolar de 6 Amperes padrão DIN curva C								20	0	20
Un	Disjuntor unipolar de 10 Amperes padrão DIN curva C								40	9	31
Un	Disjuntor unipolar de 16 Amperes padrão DIN curva C.								30	5	25
Un	Disjuntor unipolar de 20 Amperes padrão DIN curva C								25	0	25
Un	Disjuntor unipolar de 25 Amperes padrão DIN curva C								25	10	15
Un	Disjuntor unipolar de 32 Amperes padrão DIN curva C.								40	0	40
Un	Disjuntor unipolar de 40 Amperes padrão DIN curva C.								20	8	12
Un	Disjuntor unipolar de 50 Amperes padrão DIN curva C.								25	10	15
Un	Disjuntor unipolar de 63 Amperes padrão DIN curva C.								30	9	21
Un	Disjuntor bipolar de 6 amperes padrão din curva C.								30	10	20
Un	Disjuntor bipolar de 16 amperes padrão din curva C.								50	7	43
Un	Disjuntor bipolar de 20 amperes padrão din curva C.	6	2	2	2	2		2	30	4	42
Un	Disjuntor bipolar de 25 amperes padrão din curva C.								30	10	20
Un	Disjuntor bipolar de 32 amperes padrão din curva C.								40	4	36

Un	Disjuntor bipolar de 40 amperes padrão din curva C.								30	4	26
Un	Disjuntor bipolar de 50 amperes padrão din curva C.								40	11	29
Un	Disjuntor bipolar de 63 amperes padrão din curva C.								40	0	40
Un	Disjuntor tripolar de 16 amperes padrão din curva c.								20	0	20
Un	Disjuntor tripolar de 20 amperes padrão din curva c.								15	0	15
Un	Disjuntor tripolar de 25 amperes padrão din curva c.								20	0	20
Un	Disjuntor tripolar de 32 amperes padrão din curva c.		2						30	22	10
Un	Disjuntor tripolar de 40 amperes padrão din curva c.						50		20	0	70
Un	Disjuntor tripolar de 50 amperes padrão din curva c.								20	2	18
Un	Disjuntor tripolar de 63 amperes padrão din curva c.								20	0	20
Un	Disjuntor tripolar de 100 amperes padrão din curva c.								35	14	21
Un	Minicontator auxiliar 3na + 1nf alimentação 24vca	50	5	5	5	5		5	50	0	125
Un	Bloco de contato auxiliar frontal para minicontator								60	0	60
Un	Disjuntor industrial termomagnético tripolar 500A								3	1	2
Un	Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 10 – 16A								10	0	10



Un	Contator tripolar mínimo de 18A em AC-3 com bobina de 24Vac	50							50	0	100
Un	Contator tripolar mínimo de 25A em AC-3 com bobina de 24Vac								10	0	10
Un	Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 20 - 25A								10	0	10
Un	Bloco de contato auxiliar frontal para disjuntor motor tripolar de faixa corrente de 20 - 25A.								10	0	10
Un	Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 5,5 – 8A								10	0	10
Un	Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 27 - 32A, tensão mínima suportada 690v								10	0	10
Un	Bloco de contato auxiliar frontal para disjuntor motor tripolar de faixa corrente de 27 - 32A								10	0	10
Un	Contator tripolar mínimo de 40A em AC-3								10	0	10
Un	Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 32 - 40A, tensão mínima suportada 690v								10	0	10
Un	Bloco de contato auxiliar frontal para disjuntor motor tripolar de faixa corrente de 32 - 40A								10	0	10
Un	Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 42 - 50A								5	0	5
Un	Bloco de contato auxiliar frontal para								5	0	5

	disjuntor motor tripolar de faixa corrente de 42 - 50A										
Un	Contator tripolar mínimo de 65A em AC-3								5	0	5
Un	Disjuntor motor tripolar, faixa corrente de 54 - 65A								5	0	5
Un	Bloco de contato auxiliar frontal para disjuntor motor tripolar de faixa corrente de 54 - 65A								5	0	5
Un	Relé eletrônico de proteção trifásica								20	0	20
Un	Relé de tempo (temporizador /temporização) alimentação 24-240v ca/cc	2	2	1	1	2	20	2	50	0	80
Un	Relé de nível (controlador de nível) multifunção	4	4	2	2	4		4	50	0	70
Un	Eletrodo de nível tipo pêndulo, corpo em inox								200	0	200
Un	Fonte de alimentação para painel/ comando tensão de entrada 110/220v - saída 24vcc corrente 5A								50	0	50
Un	Botão de comando verde redondo	25	4	2	2	2	10	2	100	0	147
Un	Botão de comando vermelho redondo	25	4	2	2	2	10	2	100	0	147
Un	Botão de emergência vermelho 40 mm empurrar/puxar	4	2	1	1	1		1	40	0	50
Un	Chave rotativa seletora de 3 posições para painel de controle 2na.	4	3	3	3	4		4	60	0	81

Un	Chave seletora 2 posições fixas com 1NA								60	0	60
Un	Bloco de contato para botão ou seletora ou acionamento 1 nf.								70	0	70
Un	Bloco de contato para botão ou seletora ou acionamento 1 na								70	0	70
Un	Sinaleiro de 22mm led completo de visor verde	25	4	2	2	2	10	2	75	50	72
Un	Sinaleiro de 22mm led completo de visor vermelho	25	4	2	2	2	10	2	75	50	72
Un	Sinaleiro de 22mm led completo de visor amarelo	25	4	2	2	2		2	75	50	62

**V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:**

Por tratar-se de materiais de consumo a única alternativa viável é a compra dos itens descritos, uma vez que esses materiais estão amplamente disponíveis no mercado, com diversas opções de fornecedores. O mercado desses materiais é altamente competitivo, o que facilita a escolha e garante a presença de alternativas adequadas para atendimento às necessidades da Autarquia.

A pesquisa de mercado pode ser facilmente conduzida por meio de uma simples consulta em sites de busca na internet, o que proporciona ampla visibilidade das opções disponíveis, tanto em termos de preços quanto de fornecedores. A maior parte dos fornecedores desses materiais é nacional, o que assegura que os prazos de entrega, estabelecidos em 30 dias, sejam facilmente cumpridos, dado o curto prazo de transporte e a disponibilidade imediata dos itens, que não são produzidos sob demanda.

Além disso, a qualidade dos materiais é garantida por meio de atestados e laudos técnicos fornecidos pelos fabricantes, os quais comprovam o cumprimento das normas técnicas exigidas, assegurando que os materiais adquiridos atendam aos requisitos de segurança e funcionalidade. Dessa forma, a análise do mercado confirma que a aquisição desses materiais representa a solução mais eficiente e viável, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

**VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte:**

Foi utilizada como metodologia de pesquisa a cotação de preços através de sítios eletrônicos especializados, de acordo com o Inciso III, do § 1º, do Art. 23 da Lei 14.133/2021 e com a alínea c, do inciso IV, do Art. 4º do Decreto Municipal Nº 13431/2017, além das cotações encaminhadas aos fornecedores via e-mail.

O valor estimado da contratação é de **R\$ 304.813,04 (trezentos e quatro mil, oitocentos e treze reais e quatro centavos).**

Foram encartados no mínimo 03 orçamentos de potenciais fornecedores de todos os itens solicitados na requisição de compras bem como realizada a ampliação de pesquisa de preços.

**VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:**

O presente Estudo, como já apresentado, refere-se à aquisição de materiais elétricos para instalação e manutenção de painéis de comando utilizados para atender as demandas de instalações elétricas existentes, novos projetos e reposição de materiais sobressalentes para eventual substituição em situações emergenciais de falha ou queima do material.

A disponibilidade desses materiais oferecerá melhores condições técnicas para a execução das manutenções nas instalações elétricas, melhorando a qualidade, reduzindo as interrupções e garantindo o abastecimento de água para a população.

A garantia dos materiais deverá ser de 12 meses com prazo de entrega de 30 dias. A utilização desses materiais dispensa a contratação de treinamentos por serem específicos das atividades dos servidores da Seção de Elétrica.

**VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação**

A Súmula nº 247 do TCU determina que: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Concebe-se, de acordo com o §1º do art.82 da lei 14.133/2021, que as licitações sejam feitas com critério de julgamento por item, de modo a preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa. Contudo, tal método pode causar incomensuráveis prejuízos ao conjunto ou complexo da licitação (questões técnicas) e/ou para a economia de escala (questões econômicas). Dessa forma, o agrupamento de itens em lotes, desde que devida e amplamente justificado, é perfeitamente possível, desde que essa ação não

incorra em prejuízos à competitividade ou que, favoreça uma diminuição de licitantes, o que acarretaria prejuízos a administração pública.

Referente as questões técnicas, trata-se de materiais de mesma natureza e guardam similaridade nas características e especificações podendo ser agrupados em lotes, sem prejuízo da concorrência, haja vista, a quantidade de fornecedores existentes no mercado.

Quanto a questão econômica, a divisão em lotes se torna mais vantajosa, uma vez que os custos de logística, pessoal e outros ficam restritos a um mesmo fornecedor, reduzindo assim o valor final, atenuando os custos.

A Súmula nº 247 do TCU utilizada no início como fundamento, faz ressalvas quanto às licitações por itens "desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala", ou seja, estando presente quaisquer das hipóteses acima descritas, JUSTIFICA-SE o procedimento por agrupamento em lotes.

A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade na execução do objeto, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Assim, verifica-se maior nível de controle pela Administração na entrega e conferência dos materiais, maior interação entre as diferentes fases da execução do objeto, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

Em tempo, como citado no Informativo TCU de Licitações e Contratos nº 167/2013: “ É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de procedimentos de contratação, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”.

Portanto, conclui-se pelo parcelamento em lotes da contratação.

No tocante aos orçamentos dos potenciais licitantes, encartados ao processo, alguns não possuem todos os itens solicitados, fato que não vicia o agrupamento dos lotes propostos, pois todos os itens fazem parte do mesmo segmento de mercado e mantêm similaridade. É de conhecimento a dificuldade em obter orçamentos para composição da estimativa de preços nos processos de licitação, onde os fornecedores acostumados a participar de licitações não fornecem cotações por não desejarem revelar aos seus concorrentes os preços que estão dispostos a praticar, como o próprio TCU reconhece no Acórdão 2.149/2014. Outrossim, os fornecedores que não participam de licitações também não têm interesse em informar seus preços. Elaborar o orçamento, geralmente para uma quantidade expressiva de produtos, representam gastos significativos de recursos, sobretudo o tempo de funcionários. Além disso, fornecer ou não um orçamento não interfere nos negócios, já que o setor público não é seu cliente (Viana, 2012).

Devido às dificuldades apontadas, a totalidade dos itens foi dividida em listas menores, a fim de potencializar o retorno dos pedidos de orçamentos encaminhados às empresas do segmento.

## REFERÊNCIAS

VIANA, Nelson Corrêa. Os preços na licitação. Jus Navigandi, Teresina, ano 17 (/revista/edicoes/2012), n. 3112.

### **IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:**

A aquisição dos materiais elétricos necessários para a instalação e manutenção dos painéis de comando trará à Autarquia benefícios diretos em termos de eficiência operacional e otimização de recursos. A recomposição dos estoques permitirá a realização das manutenções com maior celeridade e precisão, resultando na redução do tempo de inatividade dos sistemas e na diminuição de custos associados a imprevistos. Além disso, o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis garantirá maior sustentabilidade nas operações, com impacto positivo na continuidade e qualidade dos serviços prestados.

### **X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:**

Não haverá necessidade de capacitação dos servidores.

Gestor do contrato Renato Kazuki Nagamine, matrícula 103.387; gestor substituto Diego de Oliveira, matrícula 103.002; fiscal Luciano Carnaval, matrícula 103.449; fiscal substituto Fábio Teixeira Fabi, matrícula 103.758.

### **XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

Como também serão aplicados na automação das comportas e dos registros da ETA, estes materiais guardam correlação com o Processo 5810/2024, relativo à aquisição das comportas.

O objeto desse contrato é de uso exclusivo da seção Elétrica – Serviço Eletromecânica.

### **XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:**

Os materiais dessa contratação após sua vida útil serão encaminhados para reciclagem conforme suas características a seguir:

- Ferragens e cabos - destinado a leilão de acordo com a Lei 14.133/21 e demais legislações pertinentes (Decreto Municipal nº 9.062/01).
- Porcelana, vidro, madeira – Devido o descarte ser em menor quantidade, esses materiais poderão ser descartados nos Ecopontos seguindo as regras da Secretaria do Meio Ambiente Municipal

(Pequenas quantidades de entulho até 1m³ a cada 120 dias), Madeira, Plástico, Metal, Vidro, Papel e Papelão, Móveis e Eletrodomésticos). (Secretaria do Meio Ambiente, 2023).

- Os compostos termofixos (HEPR, XLPE e XLPO) não são recicláveis e devem ser destinados de forma adequada, sendo encaminhados para o aterro sanitário municipal. Esse aterro está localizado na zona rural, com coordenadas de latitude 22°15' Sul e longitude 49°08' Oeste. O acesso é feito pela Rodovia Marechal Rondon, no Km 353, mais 500 metros. A distância aproximada até o centro da cidade de Bauru é de 15 km. (Secretaria do Meio Ambiente, 2024).
- Os materiais de embalagens (madeira, papelão e filmes plásticos) são recicláveis e/ou reutilizáveis, podendo ser destinados a cooperativas de reaproveitamento artesanal, alinhado às questões sociais.

#### REFERÊNCIAS

Secretaria do Meio Ambiente. (2023). Acesso em 21 de junho de 2023, disponível em : <https://www2.bauru.sp.gov.br/semma/ecoponto.aspx>.

Secretaria do Meio Ambiente. (2024). Acesso em 18 de dezembro de 2024, disponível em: [https://www2.bauru.sp.gov.br/semma/aterro\\_sanitario.aspx](https://www2.bauru.sp.gov.br/semma/aterro_sanitario.aspx).

#### **XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:**

Com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar, avaliamos que a contratação é viável e fundamental para a manutenção dos serviços prestados pela Seção de Elétrica da Autarquia. O objeto dessa contratação proporcionará a recomposição dos estoques do almoxarifado, garantindo dessa forma o atendimento das demandas de manutenções elétricas nas unidades da Autarquia, citadas nesse Estudo técnico.

Certificamos que o objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 16.588, de 24 de fevereiro de 2023.

Certificamos o atendimento dos requisitos estabelecidos no Art. 4º do Decreto Municipal nº 13431/2017.

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO E TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TCE/SP**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE  
BAURU, POR INTERMÉDIO DO(A) .....  
E .....

O Departamento de Água e Esgoto de Bauru, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede na Rua Padre João, nº 11-25, na cidade de Bauru/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 46.139.952/0001-91, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Sr. João Carlos Viegas da Silva, nomeado pelo Decreto Municipal nº 18.633, de 23 de julho de 2025, publicado no DOMB de 24 de julho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 8311/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 032/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais elétricos para painéis de comando, disjuntores, blocos de contato, relés, eletrodos, botões, chaves rotativas e sinaleiros, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O DAE designa como ÓRGÃO GESTOR a Divisão Produção e Reservação, através do Serviço de Eletromecânica, que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

3.2.1. O DAE designa como Gestor do Contrato o Sr. Renato Kazuki Nagamine, matrícula 103.387, e seu substituto o Sr. Diego de Oliveira, matrícula 103.002;

3.2.2. O DAE designa como Fiscal do Contrato o Sr. Luciano Carnaval, matrícula 103.449, e seu substituto o Sr. Fábio Teixeira Fabi, matrícula 103.758;

3.2.3. Os Gestores e Fiscais do Contrato por parte do DAE exercerão as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 16.666, de 27/03/2023.

## **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/12/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus Anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Divisão de Assuntos Jurídicos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, recolher e reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;

9.9. Comunicar ao fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.11. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
  - 1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
    - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) Poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento de Água e Esgoto de Bauru deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Ficha nº 1322.

13.1.1. Gestão/Unidade: 05.01.06

13.1.2. Fonte de Recursos: 04.110.0000

13.1.3. Programa de Trabalho: 5002

13.1.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00-26

13.1.5. Nota de Empenho:



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Bauru, [dia] de [mês] de 2026.

---

Representante Legal do CONTRATANTE

---

Representante Legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**  
**CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADA: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

**RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELO CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE PELA CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO REQUISITANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(A) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(A) SUBSTITUTO(A):**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Nome da Empresa:

Endereço Completo:

Cidade:

Estado:

Telefone:

CEP:

E-mail: (oficial para as solicitações e comunicações)

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Banco:

Conta Corrente:

Agência:

Cidade:

Conforme estipulado no Edital do **Pregão Eletrônico nº 032/2026 - DAE**, propomos:

**COTA PRINCIPAL - GRUPO 01: Itens 1 ao 49**

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 50A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	53		
2	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 63A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	21		
3	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 63A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	41		
4	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 100A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
5	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 100A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		

6	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 160A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	3		
7	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
8	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 10 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	24		
9	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	19		
10	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	19		
11	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	12		
12	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	30		
13	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	9		
14	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	12		
15	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	16		
16	DISJUNTOR BIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
17	DISJUNTOR BIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	33		
18	DISJUNTOR BIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	32		
19	DISJUNTOR BIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
20	DISJUNTOR BIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	27		
21	DISJUNTOR BIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	20		
22	DISJUNTOR BIPOLAR DE 50 AMPERES		Unidade	22		

	PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.					
23	DISJUNTOR BIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	30		
24	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
25	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	12		
26	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
27	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
28	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	53		
29	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	14		
30	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
31	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 100 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	16		
32	MINICONTATOR AUXILIAR 3NA + 1NF ALIMENTAÇÃO 24VCA CORRENTE DE TRABALHO 10A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	94		
33	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA MINICONTATOR, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	45		
34	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 10 – 16A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
35	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 18A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	75		
36	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 25A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
37	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A, TENSÃO		Unidade	8		

	MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.					
38	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
39	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 5,5 – 8A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
40	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
41	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
42	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 40A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
43	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
44	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	8		
45	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	4		
46	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	4		
47	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 65A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	4		
48	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	4		
49	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A, conforme especificações no Anexo I		Unidade	4		



	do Edital.					
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>						

**COTA RESERVADA - GRUPO 02: Itens 50 ao 98**

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
50	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 50A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	17		
51	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 63A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	6		
52	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 63A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	13		
53	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; CORRENTE NOMINAL MINIMA EM REGIME PERMANENTE: 100A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
54	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 100A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
55	CONJUNTO SEPARADOR DE FASES PARA ENTRADA E SAÍDA DO DISJUNTOR. COMPATÍVEL COM DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 160A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	1		
56	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
57	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 10 AMPERES		Unidade	7		



	PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.					
58	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	6		
59	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	6		
60	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	3		
61	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	10		
62	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	3		
63	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	3		
64	DISJUNTOR UNIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
65	DISJUNTOR BIPOLAR DE 6 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
66	DISJUNTOR BIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	10		
67	DISJUNTOR BIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	10		
68	DISJUNTOR BIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
69	DISJUNTOR BIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	9		
70	DISJUNTOR BIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	6		
71	DISJUNTOR BIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	7		
72	DISJUNTOR BIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	10		
73	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 16 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
74	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 20 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	3		

	especificações no Anexo I do Edital.					
75	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 25 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
76	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 32 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
77	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 40 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	17		
78	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 50 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	4		
79	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 63 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
80	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 100 AMPERES PADRÃO DIN CURVA C, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
81	MINICONTATOR AUXILIAR 3NA + 1NF ALIMENTAÇÃO 24VCA CORRENTE DE TRABALHO 10A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	31		
82	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA MINICONTATOR, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
83	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 10 – 16A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
84	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 18A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	25		
85	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 25A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
86	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
87	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 20 - 25A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
88	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 5,5 – 8A, TENSÃO MÍNIMA SUPORTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		

89	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
90	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 27 - 32A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
91	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 40A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
92	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
93	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 32 - 40A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
94	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	1		
95	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 42 - 50A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	1		
96	CONTATOR TRIPOLAR MÍNIMO DE 65A EM AC-3 COM BOBINA DE 24VAC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	1		
97	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A, TENSÃO MÍNIMA SUPOSTADA 690V, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	1		
98	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR FRONTAL PARA DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR DE FAIXA CORRENTE DE 54 - 65A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	1		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>						

**COTA PRINCIPAL - GRUPO 03: Itens 99 ao 113**

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
------	---------------	--------------	-------------------	------------	-----------------------	--------------------

99	RELÉ ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO TRIFÁSICA, DESTINADO À PROTEÇÃO DE MOTORES E CARGAS CONTRA FALTA DE FASE, INVERSÃO DE SEQUÊNCIA DE FASES E DESEQUILÍBRIO DE TENSÃO. TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 208 A 480 V AC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
100	RELÉ DE TEMPO (TEMPORIZADOR /TEMPORIZAÇÃO) ALIMENTAÇÃO 24-240V CA/CC FREQUENCIA 50/60 HZ CORRENTE 8A FAIXA DE TEMPO DE ATRASO MÍN 0,05 SEGUNDOS - MÁX 300 HORAS, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	60		
101	RELÉ DE NÍVEL (CONTROLADOR DE NÍVEL) MULTIFUNÇÃO, 1NA, ALIMENTAÇÃO 24VCA, CORRENTE DE COMUTAÇÃO MÁXIMA 8A CA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	53		
102	ELETRODO DE NÍVEL TIPO PÊNDULO, CORPO EM INOX E ENVOLTO DE PLÁSTICO ABS, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	150		
103	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PAINEL/ COMANDO TENSÃO DE ENTRADA 110/220V - SAÍDA 24VCC CORRENTE 5A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	38		
104	BOTÃO DE COMANDO VERDE REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NA) AFIXADO POR PARAFUSO, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	111		
105	BOTÃO DE COMANDO VERMELHO REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NF) AFIXADO POR PARAFUSO, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	111		
106	BOTÃO DE EMERGÊNCIA VERMELHO 40 MM EMPURRAR/PUXAR (SOCO/TRAVA), FURAÇÃO 22 MM, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ, TENSÃO NOMINAL DE CONTATO MÍNIMA: 300 VCA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	38		
107	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 3 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 2NA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	61		
108	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 2 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 1NA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	45		

	especificações no Anexo I do Edital.					
109	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NF, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	53		
110	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	53		
111	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERDE EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO), conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	54		
112	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERMELHO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO), conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	54		
113	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR AMARELO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO), conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	47		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>						

**COTA RESERVADA - GRUPO 04: Itens 114 ao 128**

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
114	RELÉ ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO TRIFÁSICA, DESTINADO À PROTEÇÃO DE MOTORES E CARGAS CONTRA FALTA DE FASE, INVERSÃO DE SEQUÊNCIA DE FASES E DESEQUILÍBRIO DE TENSÃO. TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 208 A 480 V AC, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	5		
115	RELÉ DE TEMPO (TEMPORIZADOR /TEMPORIZAÇÃO) ALIMENTAÇÃO 24-240V CA/CC FREQUENCIA 50/60 HZ CORRENTE 8A FAIXA DE TEMPO DE ATRASO MÍN 0,05 SEGUNDOS - MÁX 300 HORAS, conforme especificações no Anexo		Unidade	20		

	I do Edital.					
116	RELÉ DE NÍVEL (CONTROLADOR DE NÍVEL) MULTIFUNÇÃO, 1NA, ALIMENTAÇÃO 24VCA, CORRENTE DE COMUTAÇÃO MÁXIMA 8A CA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	17		
117	ELETRODO DE NÍVEL TIPO PÊNDULO, CORPO EM INOX E ENVOLTO DE PLÁSTICO ABS, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	50		
118	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA PAINEL/COMANDO TENSÃO DE ENTRADA 110/220V - SAÍDA 24VCC CORRENTE 5A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	12		
119	BOTÃO DE COMANDO VERDE REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NA) AFIXADO POR PARAFUSO, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	36		
120	BOTÃO DE COMANDO VERMELHO REDONDO. POSSUIR UM BLOCO DE CONTATO (NF) AFIXADO POR PARAFUSO, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	36		
121	BOTÃO DE EMERGÊNCIA VERMELHO 40 MM EMPURRAR/PUXAR (SOCO/TRAVA), FURAÇÃO 22 MM, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ, TENSÃO NOMINAL DE CONTATO MÍNIMA: 300 VCA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	12		
122	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 3 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 2NA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	20		
123	CHAVE ROTATIVA SELETORA DE 2 POSIÇÕES PARA PAINEL DE CONTROLE 1NA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
124	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NF, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	17		
125	BLOCO DE CONTATO PARA BOTÃO OU SELETORA OU ACIONAMENTO 1 NA, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	17		
126	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERDE EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO), conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	18		

127	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR VERMELHO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO), conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	18		
128	SINALEIRO DE 22MM LED COMPLETO DE VISOR AMARELO EM TERMOPLÁSTICO, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60HZ, TENSÃO NOMINAL DE ALIMENTAÇÃO: 24VCA E IP54 (MÍNIMO), conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	15		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>						

**AMPLA PARTICIPAÇÃO - GRUPO 05: Itens 129 e 130**

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
129	DISJUNTOR TRIPOLAR EM CAIXA MOLDADA COM REGULAGEM TÉRMICA E MAGNÉTICA FIXAS; FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ; TENSÃO DE ISOLAÇÃO MÁXIMA (MINIMO): 690VAC, CURVA DE ATUAÇÃO TIPO "C" OU "D", conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
130	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 500A: DISJUNTOR COM DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO, PROTEÇÃO LI, SOBRECARGA E CURTO-CIRCUITO FIXOS. IN 500A, IR 500A, LI 5000A, conforme especificações no Anexo I do Edital.		Unidade	2		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>						

Havendo qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo I do Edital e as constantes no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão, para todos os efeitos, as do Anexo I.

**Validade da Proposta:** Conforme item 4.10 do Edital.

**Prazo de Entrega:** Conforme item 5 do Termo de Referência.

**Prazo de Garantia:** Conforme item 5 do Termo de Referência.



“**DECLARO**, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 032/2026**.”

“**DECLARO** que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”.

“**DECLARO** que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sendo de nossa inteira responsabilidade a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao DAE, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.”

.....  
Assinatura

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_  
Residência: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
E-mail Institucional: \_\_\_\_\_  
E-mail Pessoal: \_\_\_\_\_

Data: ...../...../.....



**ANEXO IV - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

(preencher em papel timbrado da empresa)

**Ao Pregoeiro do Departamento de Água e Esgoto de Bauru:**

Referente: Processo Administrativo nº 8311/2025 - Pregão Eletrônico nº 032/2026 - DAE

Prezados Senhores,

Na qualidade de Responsável Legal por nossa Empresa, credenciamos o Senhor ....., portador da carteira de identidade RG nº ..... e do CPF nº ....., para nos representar na licitação em referência, conferindo-lhe poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Atenciosamente,

---

Local e Data

Carimbo da Empresa

Nome, CPF e Assinatura do Responsável Legal

**Observação:** Os licitantes deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no Estatuto ou Contrato Social.